

O ESPECTRO

Admonet in somnis et turbida terret imago.
Horrido Espectro me atormenta em sonhos.

Lisboa, 42 de janeiro

Ao despotismo convinha-lhe ser silencioso. Montesquieu escreveu:—«N'um estado livre é «indifferente que se pense bem ou mal; o caso «é que se pense.» O famoso publicista acreditava com razão no sentimento da maioria e no poder da discussão.

Não o entendem assim os escriptores da côrte, e emprehendem o impossivel—querem justificar o injustificavel, querem em fim tentar a Deus.

O *Espectro* já não espera trazer a côrte, essa ovelha desgarrada, ao gremio da igreja christã. Abandonada por Deus, amaldiçoada pelos homens, essa côrte erra de monte em monte, de precipicio em precipicio, e se vive ainda é porque a vingança celeste não está por ora satisfeita, é porque a vontade suprema ainda não está cumprida.

E parte-se-nos de dôr o coração, que antes quizeramos a salvação do peccador que a sua morte—antes! Vemos uma corôa arrojada ao chão e calcada aos pés por aquella que a devia guardar—vemos um sceptro de paz convertido em vara de ferro, o alcaçar dos reis tornado espelunca de conspiradores, o que devera ser anjo tutelar dos povos feito seu flagello! Vemos o primeiro funcionario da nação levantar-se contra ella, usurpar-lhe os seus foros, manietal-a e tapar-lhe a bocca para não denunciar o seu crime.

Vemos tudo e choramos! Choramos o sangue vertido em cem combates, choramos uma emigração inutil, o doloroso tormento das prisões, as agonias do cadafalso, a viuvez, a orphandade, e todos os males de uma perseguição violenta e de um esforço portentoso.

Choramos porque não nos apraz a guerra, por que trocámos o uso da nossa soberania dando e tirando corôas por um reinado de paz, porque nos gloriávamos de ter acclamado uma rainha que justificasse a nossa escolha, que va-

lesse os nossos sacrificios, que fosse melhor que o principe que desthrônámos.

Choramos, porque murcharam as nossas esperanças de paz, porque vemos a nação a braços ora com o despotismo, ora com a anarchia por causa de um capricho femeníl, de uma vingança rasteira—a nação que lucha em ondas de sangue para se salvar, a nação que morre junto da urna collocada no templo do Deus vivo, que morre no campo da batalha, a nação que se vê insultada no seu pundonor, a nação que por esforços inauditos aspira á liberdade.

Choramos porque somos partidarios da corôa da rainha, porque lh'a quizemos salvar e não podemos! Assás combatemos por ella, e agora combatemos por nós!

*Sat patria Priamoque datum, Si Pergama dextra
Defendi possent, etiam hac defensa fuissent.*

Mas o *Espectro* não desespera da salvação da patria, confia n'ella mais que nunca, só desespera da corôa da rainha. Assim mesmo bradará para cumprir a missão que lhe Deos impôz—exclamará a essa Jerusalem corrompida:

«Lava a malitia cor tuum, Jerusalem, ut salva fias.»

Rainha, que fizemos nós, e que nos tens dado tu?

Collocámos-te no throno para onde subiste por cima dos nossos cadaveres.

Que fazias tu quando nós morriamos por ti?

Divertias-te no estrangeiro, e vieste depois de acabada a lucha percorrer os campos das batalhas. Foste ao Porto, e o Porto para te divertir simulou ainda um combate. Ouviste os tiros, mas não viste o stertor dos muribundos, não ouviste os seus gemidos. Aquelle sacrificio incruento recordou-te as glorias das nossas armas, mas não te recordou os sacrificios que nos custaram Tu rias-te e nós chorava-mos. Tinhas

um throno e nós apenas tínhamos a esperança d'um bom governo.

Que uso tens feito do poder moderador que a carta collocou nas tuas mãos? Uma cousa o demonstra;—o teu systema favorito acaba sempre por uma revolução!!

A realza não deve ter systema, e tu tem-lo; não deve ter paixões, e tu tem-las, e rancorosas.

Conspiraste em Belém duas vezes—trahiste sempre a causa do povo.

Quando os corpos populares te representavam a impossibilidade dos teus ministros, a inconveniencia do teu governo, dissolvia-los, mandava-los processar, mofavas das suas queixas! O povo gritava contra a delapidação dos teus ministros e tu ias-te banquetear em casa d'elles, ias presenciar e quinhoar o fructo das suas rapinas—acrescentavas os que a nação odiava.

Queixavamo-nos dos teus ministros, e tu entregava-lhes o deferimento das nossas queixas—dizias que não podias ver senão pelos seus olhos, e que não podias ouvir senão pelos seus ouvidos.

E assim foi!

O canhão soou então, o sangue correu, tu decretaste alçadas, fizeste teu logar-tenente o ladrão que teu pai punira: o general paisano fugiu do Porto, os teus ministros desampararam-te. Fingiste-te magoada, e não estavas senão raivosa—abraçaste a revolução com o pensamento reservado de a trahir.

E quando te perguntámos como é que demittistes os teus ministros em 6 de outubro, achaste-te embaraçada, e mandas proclamar no teu *Diario* o poder absoluto de reinar! Mandas, sim, rainha; porque hoje os teus servidores pregoam que não se fez nada senão em consequencia da tua vontade. Se os ministerios se mudam, se o sangue corre, se os prisioneiros são maltratados, diz-se que é porque a rainha assim o quer, porque a rainha assim o ordena!

Seja! Mas então vamos ajustar contas com a realza. No systema constitucional essas contas ajustam-se com os ministros, porém segundo o *programma real* agora ajustam-se com o rei. Ajustam que assim o diz o seu *Diario*. E que diz elle? Ouçamo-lo:

«Se o rei não pudesse vêr senão pelos olhos dos seus ministros responsaveis—se o exercicio das faculdades concedidas ao poder moderador dependesse da vontade do ministerio—ficaria este constituido um poder superior, que em pouco tempo supplantaria todos os outros, e os observaria para os dominar em vez de governar;—sem que houvesse outro meio de lho arrancar das mãos senão o das revoluções.»

Acceitamos o principio—acceitamos o opposto tambem, porque o que salva a rainha n'um caso vai condemna-la necessariamente no outro

e o nosso fim é fazer sobresahir d'este procedimento contradictorio ou a incapacidade da corôa, ou o seu acinte contra a liberdade, e sobre tudo patentear que a ella só devemos os males que nos affligem.

Se o rei devia vêr sem ser pelos olhos dos seus ministros, o poder moderador foi culpado em não attender ás supplicas dos povos e ás representações dos differentes corpos do estado—Esse poder não quiz acceitar da mão do presidente do supremo tribunal de justiça uma representação; e por esta connivencia desgraçada o paiz foi levado a uma revolução!

Foi assim que o poder ministerial absorveu os outros, e como hoje o pregoa a côrte «não houve meio de lhe arrancar das mãos senão o das revoluções.»

Accusámos pois a fraqueza do poder moderador d'então—queremos saber porque seguiu n'essa época a doutrina que hoje reprova—hoje sim, mas só para cohonestar a velleidade, o capricho da emboscada de 6 de outubro.

Mas ouvi ainda o *Diario*:

«Mas perguntamos nós ao fantasma: (é ao *Espectro*) Por onde subiram ao throno da rainha os clamores do povo do Minho em maio passado? Despresou-se a via legal e recorreu-se á revolta;—perturbou-se a paz, e desacatou-se a auctoridade,—violou-se a lei, e a imprensa progressista clamou «cede.»

O *Diario* pergunta bem, e nós vamos responder:—Os clamores do povo do Minho subiram pela bocca das espingardas, subiram pela exposição do general paizano que fugiu do Porto declarando que vinha informar S. M., subiram pela demissão que pediu Costa Cabral e seus collegas, subiram pela representação da maioria parlamentar que prometeu apoiar todo e qualquer ministerio.

Eis-ahi os canaes por onde subiram á presença do monarcha as necessidades dos povos.

E agora, quaes foram as vias legais consultadas em 6 de outubro?

Havia o estridor das armas? Derramava-se o sangue portuguez? Algum general paizano veio informar a corôa sobre a necessidade de mudar o ministerio? Os conselheiros responsaveis da soberana pediram a sua demissão? A maioria parlamentar pronunciou-se?

Não! Quando essa maioria ia nascer, quando a urna se ia consultar é que se lançou no meio do paiz o brandão da discordia!

Respondei a isto publicistas de tarracha, homens de mais caras que as de Jano! Quantos principios oppostos tendes á vossa disposição?

Não se pode salvar hoje o rei senão proclamando o absoluto, e por isso o proclamam.

Vêde como se inaugura estolidamente este principio: *Ejus est tollere cujus est condere* que significa—que as cousas podem ser desfeitas

por aquelles que as fazem. E quereis saber para que isto vem? É para nos mostrar que quem dá a carta a póde retirar! Ahi tendes a belleza das constituições outorgadas!

Mas nós accetamos o principio, e retorquimos: *Ejus est tollere cujus est condere*. Pois então a nós, que fundámos a monarchia, que proclamámos o monarcha, é que nos compete o depô-lo—a nós que estabelecemos uma forma de governo, é que nos compete, quando quizermos, destrui-la. Eis-ahi a consequencia do vosso principio de direito universal, que dizeis que a carta não revogará.

E o rei tem condições para escolher ministros—deve tira-los da maioria parlamentar. Se não o fizer assim, se desprezar as indicações da conveniencia, se seguir a sua vontade absoluta a consequencia d'essa vontade é a guerra, é uma revolução como se viu na França, como se vê hoje no nosso paiz.

Accetando, porém, essa independencia absoluta do poder moderador porque não acode elle agora aos males que soffre a nação? Em 6 de outubro tanta magoa sem ninguem chorar, e hoje que o paiz arde em guerra que seus filhos cahem aos golpes de espada porque não desce esse poder até nós para nos consolar? Que poderes estavam em conflicto em outubro para que fosse preciso cuidar em manter o seu equilibrio? Que povoação se insurgiu contra a administração popular!

Fazendo a enumeração de todos os factos, e de todas as suas circumstancias apparece um grande crime, e um grande criminoso. O procedimento da côrte é indesculpavel—a discussão faz apparecer o rei como um monstro coberto dos mais inauditos attentados.

Suspendem a carta contra a carta pelo principio de que quem a dá a póde destruir. Pois bem! o rei que isso faz abdica, e a abdição da rainha está lavrada. Está sim, e por quem? Pelo marquez de Saldanha, hoje duque e presidente do conselho de ministros. Lêde a sua proclamação de 3 de agosto de 1837. Eis-aqui como ella começa:

«Soldados! Uma nação desprezível, aproveitando-se da frouxidão do governo, ousou derrubar a lei fundamental da monarchia, destruindo a carta constitucional; e depois de ter até por meio da violencia, obrigado S. M., a nossa adorada rainha, a assignar a sua abdição, mandando jurar a constituição de 1822 tem posto S. M. na mais rigorosa dependencia, etc., etc.»

Ahi se diz que quando se rasga a carta, a rainha assigna a sua abdição, por que só reina em virtude d'ella. Ei-lo-ahi mais claramente na proclamação de 27 de julho d'esse mesmo anno assignado pelo dito marechal. Diz ella:

«Seduziram alguns incautos—obrigaram pela força á nossa adorada rainha a rasgar a lei fundamental da monarchia em virtude da qual ella reinava.»

Agora qua a carta está destruida verificou-se a abdição.

Mas se querem documento mais authenticico, ainda o temos, e mais moderno—é a mesma proclamação de 6 de outubro—ouçam-na no § 8.º:

«E bem grato é este acontecimento ao meu coração, por que m'o pungiria vêr que ingratamente rasgassem o pacto sagrado que me ligava aos meus povos, ou que fosse calcada aos pés a maior e melhor obra de meu nunca asás chorado pae, essa que elle vinculou com a existencia da minha dynastia, e cujo nome cando sempre unido ao meu na bocca dos que para legar a liberdade a esta terra succumbiram nas batalhas.»

Diga-nos agora o *Diario* se o principio de que—«a um throno despotico o direito de D. Miguel é melhor» não está sancionado pelo Saldanha, pela mesma rainha, que rejeitaram essas leis fundamentaes antigas, e derivaram da carta e só da carta o direito de reinar.

Eis-aqui as verdades que nascem da discussão em que o despotismo quiz entrar. Crêmos que ha de estar já arrependido, e que não oustrará jámais descer á estacada.

E tu, rainha, deixa os caprichos que te perdem.

O paiz está dilacerado, pobre, e coberto de miseria. Empenhámo-nos para te pôrmos no throno, assignámos-te uma dotação com que não podemos. Tu e teu marido comeis a maior parte das nossas rendas, e nós morremos de fome; e tu nem sequer sustentas teus filhos, que vás pedir ás côrtes alimentos para elles!

Cria uma pobre mãe o seu filho, uma mãe que só tem de seu os carinhos, a ternura do seu coração e o suor do rosto de seu marido, e tu com trezentos e sessenta e cinco contos de réis, com cem do teu homem, com immensos palacios, com a casa de Bragança, ainda vens pedir a essa pobre mãe um farrapo das mantilhas em que embrulha seu filho para te ajudar a cobrir e a sustentar os teus!

Oh! Esta sociedade por força se ha de aluir. São grandes os vicios da sua constituição, e o abalo em que se acha o paiz é a consequencia d'elles.

Terminamos por hoje.

Um periodico de Coimbra publicou um artigo, que o *Diario* transcreveu, no qual se diz que a bandeira d'aquelles cavalheiros é uma rainha que tem dado muitos filhos (e que nós

sustentamos) e que além d'outros titulos é *uma rainha a quem as nações da Europa reconhecem e sustentam no throno, aonde ajudaram a collocar-la.*

Isto ou é uma mentira ou é uma vergonha.

Pois é preciso que as nações estrangeiras sustentem a rainha? Foram ellas as que a ajudaram a collocar no throno? E a nação que papel fez n'este entremez?

Luiz XVIII foi collocado no throno de França pelas nações estrangeiras, e d'ahi a 15 annos a sua dynastia sumiu-se n'uma revolução.

De 1832 a 1847 vão 15 annos, e estas coincidencias são terriveis. Nós só as notamos.

Corriam por ali noticias desfavoraveis de Valença, e o *Diario* de 11 do corrente veio socegar os espiritos inquietas; dizia-se que aquella praça havia cabido, e os mais incredulos affirmavam que pelo menos se achava em grandes apuros cercada pelas forças populares.

O governo desenganou-nos. Em data de 10 expediu uma portaria, que é a cataplasma mais emoliente que temos visto. Manda a rainha declarar ao sr. Pereira dos Reis que vira n'um officio de 20 de dezembro, e n'um edital de 15 do mesmo mez, uma prova da dedicação e intelligencia do mesmo senhor, que é commissario régio do Minho e Traz-os-Montes.

Nunca vimos realmente uma demonstração mais serodial! S. M. só viu aquella prova de dedicação passado quasi um mez!

É bom destruir uma noticia moderna com um documento sedição.

Em quanto aos officios do sr. Reis não fallamos — ostentam uma erudição pasmosa — falla nas falsas bragas, nas plataformas de pedra, nas covas de lobo, na poterna de Gaviarra, e na opinião dos numerosos individuos que correm a pegar em armas, mas que apesar de tão numerosa carreira ainda não poderam completar um batalhão!!!

Mas o petisco não é só isto, o petisco mais apetitoso é o edital do nosso commissario.

O sr. Pereira dos Reis encaixado na sua cova de lobo, ou na poterna de Gaviarra, ou em alguma falsa braga, que não sabemos se são cousa de comer, ou alguns bichos ferozes, declara incursos no seu real desagrado os empregados do genero neutro!

E tem rasão! Em Athenas assim era — a in-

diferença reputava-se um crime. Lá todos os empregados haviam de ser do genero masculino, e nenhum do neutro. Nós admittimos tambem empregados do genero femenino: o chefe supremo da nação é femea. Agora do neutro tambem não os queremos. Eis-aqui um pedaço do sobredito edital, rescripto, ou como em direito melhor nome e logar haja:

«Antonio Pereira dos Reis, etc., etc.

«Usando das faculdades que me confere o decreto de 28 de novembro ultimo, e tendo por crime imperdoavel a indifferença ou neutralidade guardada pelos empregados publicos no meio da actual contenda politica, etc., etc., declaro e faço certo que todos os empregados d'este districto, que no praso de seis dias não vierem apresentar-se n'esta praça para tomarem armas... serão por mim havidos como indignos das mercês que obtiveram da real munificencia.—Valença, 15 de dezembro de 1846.—Antonio Pereira dos Reis.»

Enão ha remedio senão valer como lei. Suppondo que o sr. Reis vencia, e que havia amnistia! pois os empregados do genero neutro não eram comprehendidos n'ella, porque o seu crime é qualificado de *imperdoavel*, e deve ser processado sem intervenção do jury, quer dizer, por uma alçada!

Soffreremos, emfim, ainda mais esta! O sr. Reis já tem promptas 42 armas, e o concerto ajustado segundo a tabella custou 200 reis!!!

Se não fossem estes editaes, officios, e as cartas do principe real ao Solla e as do Solla ao principe real, muito nos havia de custar a atravessar este deserto para chegarmos a terra da promissão.

O *Diario* dando conta da retirada das nossas forças da Figueira, declara que ellas deixaram nos cofres da alfandega e do contracto do tabaco quantias de consideração.

Folgamos d'esta noticia e agradecemos-la. Isto prova que os liberaes têm fundos consideraveis para sustentarem a sua causa, e que é a primeira vez que n'este paiz se acham nos cofres publicos quantias consideraveis.

A razão d'isto é ser a gerencia da junta do Porto economica, e não desperdiçar os fundos publicos.